

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.437.500 - RS (2019/0020208-1)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : EMPRESA GAZOMETRO DE TRANSPORTES SA
ADVOGADO : DANIELA FERNANDES GUERREIRO KEUNECKE - RS063924
AGRAVADO : NILZA MARIA SEVERO MACHADO
ADVOGADOS : ANDRE MACIEL LINS PASTL - RS082261
LENON POSTAL - RS088663
ALEXANDRE MACIEL LINS PASTL - RS093153
INTERES. : SUDESTE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA
ADVOGADO : THASSIA RICHTER ROOS BIRK - RS077163

DECISÃO

Cuida-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15), interposto por **EMPRESA GAZÔMETRO DE TRANSPORTES S.A.**, em face de decisão de inadmissibilidade de recurso especial.

O apelo extremo, fundamentado na alínea "a" do permissivo constitucional, objetivou reformar acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado (fl. 521, e-STJ):

APELAÇÃO CÍVEL. TRANSPORTE. TRANSPORTE DE PESSOAS. AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS. QUEDA DE PASSAGEIRO AO DESEMBARCAR DE COLETIVO. PROVA DOS AUTOS. PROVA TESTEMUNHAL. EXCLUDENTE DE RESPONSABILIDADE. NÃO INCIDÊNCIA. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO INDENIZATÓRIO. 1. Preliminar de ilegitimidade passiva do consórcio réu cuja rejeição mantém-se porque, na esteira de precedentes deste Colegiado acerca do tema, por aplicação da Teoria da Aparência, à luz do art. 34 do CDC, o consórcio é igualmente legítimo para responder a demandas cuja relação é de cunho consumerista. 2. Deve ser mantida a sentença, no caso concreto, com o desprovimento do apelo da transportadora ré, seja no que concerne à incidência das excludentes de responsabilidade - ante a constatação da responsabilidade da requerida pela queda sofrida pela autora quando do desembarque do coletivo, conforme o teor da prova testemunhal produzida no feito - , seja, ainda, no que concerne ao pedido de minoração do montante indenização a título de dano moral, o qual não comporta qualquer redução, porquanto, em razão do evento danoso, a parte autora sofreu lesão (quebra) na patela. 3. Sentença que, nada obstante, vai modificada somente no que diz respeito aos consectários legais incidentes ao "quantum" indenizatório. 4. Descabimento, outrossim, da condenação da parte ré GAZOMETRO às penas por litigância de má-fé, dado que seu recurso não apresentou caráter protelatório. Preliminar rejeitada. Apelações parcialmente providas.

Opostos embargos de declaração, estes restaram rejeitados (fls. 562-569, e-STJ).

Os embargos de declaração opostos pela co-requerida foram parcialmente acolhidos, sem atribuição de efeitos infringentes, conforme ementa de fl. 571, e-STJ:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. TRANSPORTE. TRANSPORTE DE PESSOAS. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE. PREMISSA EQUIVOCADA. ACOLHIMENTO. CONTRADIÇÃO OCORRÊNCIA. OMISSÃO. ART. 1.022, CPC/15. PREQUESTIONAMENTO. Embargos de declaração que devem ser acolhidos em parte tão somente ao efeito de suprir a omissão apontada, e, quanto aos demais pontos devem ser rejeitados, porque a arguição de erro material constitui, na verdade, tentativa de ensejar rediscussão dos fundamentos de mérito do recurso, e, ainda, porque tampouco se mostra cabível o manejo dos aclaratórios, no tocante ao prequestionamento, na forma do art. 1.025 do Novo CPC. Embargos de declaração parcialmente acolhidos, sem atribuição de efeitos infringentes.

Nas razões do recurso especial (fls. 583-598, e-STJ), a parte insurgente alegou ofensa aos artigos 373, I, 1022, I e II, do CPC/15; 14, § 3º, do CDC, 186, 188, I, 927, 944 parágrafo único e 945 do Código Civil.

Sustentou, em síntese: **a)** negativa de prestação jurisdicional, alegando omissão, pelo Tribunal de origem, em analisar teses relevantes ao deslinde da controvérsia, quais sejam: *i)* reavaliação das provas dos autos relativamente ao dano moral; *ii)* manifestação sobre os artigos 373, I, do CPC/15 e à tese de descumprimento do *onus probandi*; 14, § 3º, do CDC, 186, 188, I, 927, 944 parágrafo único e 945 do Código Civil, relacionados à responsabilidade civil; **b)** ausência de responsabilidade civil, ante a não comprovação de nexo de causalidade e a culpa exclusiva da vítima pelo acidente; **c)** o valor arbitrado para a indenização por dano moral é exorbitante.

Contrarrazões às fls. 608-616, e-STJ.

Em juízo de admissibilidade (fls. 618-625, e-STJ), negou-se processamento ao recurso.

Daí o agravo (fls. 627-643, e-STJ), visando destrancar o processamento da insurgência.

Contraminuta às fls. 648-659, e-STJ.

É o relatório.

Decido.

A irresignação não merece prosperar.

1. De início, a insurgente aponta ofensa ao artigo 1022, I e II, do CPC/15, alegando negativa de prestação jurisdicional, sob o argumento de omissão, pelo Tribunal de origem, em analisar teses relevantes ao deslinde da controvérsia, quais sejam: *i)* reavaliação das provas dos autos relativamente ao dano moral; *ii)* manifestação sobre os artigos 373, I, do CPC/15 e à tese de descumprimento do *onus probandi*; e 14, § 3º, do CDC, 186, 188, I, 927, 944 parágrafo único e 945 do Código Civil, relacionados à responsabilidade civil.

Constata-se, da leitura do acórdão recorrido, que a apontada ofensa não se configura, na medida em que a Corte Estadual, ao apreciar os recursos interpostos pelas partes, dirimiu de forma clara e integralmente a controvérsia, manifestando-se expressamente sobre a ocorrência do dano moral (fl. 531, e-STJ) e sobre a comprovação da responsabilidade civil pelo evento danoso (fls. 529-531, e-STJ), porém em sentido contrário ao pretendido pela recorrente, o que não configura negativa de prestação jurisdicional.

Consoante jurisprudência desta Corte Superior, **o julgador não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos invocados pelas partes, nem a indicar**

todos os dispositivos legais suscitados, quando tenha encontrado motivação satisfatória para dirimir o litúgio.

Nesse sentido, são os seguintes precedentes: AgRg no AREsp n. 55.751/RS, Terceira Turma, Relator o Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, DJe 14.6.2013; AgRg no REsp n. 1.311.126/RJ, Primeira Turma, Relator o Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, DJe 22.5.2013; REsp n. 1244950/RJ, Terceira Turma, Relator o Ministro Sidnei Beneti, DJe 19.12.2012; e EDcl no AgRg nos EREsp n. 934.728/AL, Corte Especial, Relator o Ministro Luiz Fux, DJe 29.10.2009.

No caso, a controvérsia foi dirimida com amparo no acervo fático-probatório constante dos autos, apresentando o Tribunal de origem fundamentação clara e suficiente para embasar seu entendimento.

Não houve, portanto, omissão ou ausência de fundamentação, afastando-se, assim, a alegada ofensa ao artigo 1022, I e II, do CPC/15.

2. A insurgente alega, ainda, violação aos artigos 373, I, do CPC/15, 14, § 3º, do CDC, 186, 188, I, e 927 do Código Civil, sustentando ausência de responsabilidade civil, ante a não comprovação de nexo de causalidade e a culpa exclusiva da vítima pelo acidente.

O Tribunal de origem, ao analisar a controvérsia, assim decidiu (fls. 529-531, e-STJ):

Ademais, **tampouco procede o recurso no que diz respeito à incidência das excludentes de responsabilidade no caso concreto. É que o exame do conjunto fático-probatório reproduzido nos autos não autoriza a conclusão pretendida, pela transportadora, no sentido da culpa exclusiva ou concorrente da vítima, relativamente a sua queda quando do desembarque do coletivo da ré.** Com efeito, como bem constou da sentença recorrida, **a prova testemunhal afigura-se bastante a amparar a tese da autora sobre a responsabilidade da concessionária demandada pela queda e, com isso, pela reparação dos danos dessa advindos.**

Quanto ao tópico, transcrevo excerto do comando sentencial: [...]

Cabível a responsabilização da ré, portanto, com base no art. 14, §3º, do Código de Defesa do Consumidor, **pois caracterizada falha na prestação do serviço imputável à ré**, e com base no art. 732 do Código Civil, **porque configurada violação à cláusula de incolumidade ínsita ao contrato de transporte.** [grifou-se]

Como se vê, diante do conteúdo fático-probatório constante dos autos e das peculiaridades do caso concreto, à luz dos princípios da livre apreciação da prova e do livre convencimento motivado, o órgão julgador afastou as excludentes de responsabilidade (fl. 529, e-STJ) e reconheceu a responsabilidade da concessionária pela queda da passageira (fls. 529 e 531, e-STJ), bem assim concluiu pela caracterização da falha na prestação do serviço imputável à ré (fl. 531, e-STJ).

Derruir as conclusões contidas no *decisum* e acolher a pretensão recursal no sentido de verificar a ocorrência de culpa exclusiva ou concorrente da vítima ou ausência de nexo causal e afastar a responsabilidade civil reconhecida pelo Tribunal local, ensejaria o necessário revolvimento das provas constantes dos autos, providência vedada em sede de recurso especial, ante o óbice estabelecido pela Súmula 7/STJ. Precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.
AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. **TRANSPORTE**

PÚBLICO. QUEDA DE PASSAGEIRO. 1. AFASTADA A TESE DE CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA. ALTERAÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. 2. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL PREJUDICADA. VALOR FIXADO A TÍTULO DE DANOS MORAIS. PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE ATENDIDOS. 3. AGRAVO IMPROVIDO. 1. As instâncias ordinárias concluíram pela presença do nexo causal entre a conduta da agravante e o dano experimentado pelos agravados, com base no conjunto fático-probatório. Rever tal conclusão esbarra no óbice da Súmula 7 desta Corte. 2. Da mesma forma afastou-se a tese de culpa exclusiva do agravado. Destarte, sendo essas as conclusões das instâncias originárias, é realmente inviável se obter resultado diverso, pela incidência do enunciado n. 7 da Súmula desta Corte. 3. Por fim, fica prejudicada a divergência jurisprudencial quando aplicada a Súmula 7/STJ à alínea a, uma vez que as conclusões divergentes decorreriam das circunstâncias específicas de cada processo, e não do entendimento diverso sobre uma mesma questão legal. 4. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 1.157.921/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 05.12.17, DJe 15.12.17) [grifou-se]

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. CONTRATO DE TRANSPORTE DE PESSOAS. OFENSA AOS ARTS. 535 E 557 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. QUEDA DE PASSAGEIRA EM ÔNIBUS APÓS FREADA BRUSCA DO VEÍCULO. LESÕES NA COLUNA E NAS COSTELAS. RESPONSABILIDADE COMPROVADA NA ORIGEM. CULPA CONCORRENTE OU DE TERCEIRO AFASTADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. RAZOABILIDADE. RECURSO DESPROVIDO. 1. (...). 3. Na esteira da jurisprudência firmada nesta Corte, a responsabilidade do transportador em relação aos passageiros é contratual e objetiva, nos termos dos arts. 734, caput, 735 e 738, parágrafo único, do Código Civil de 2002, somente podendo ser elidida por fortuito externo, força maior, fato exclusivo da vítima ou por fato doloso e exclusivo de terceiro - quando este não guardar conexão com a atividade de transporte. 4. O Tribunal local, ao apreciar as provas produzidas nos autos, foi categórico em reconhecer os requisitos ensejadores da obrigação de indenizar, notadamente diante do descumprimento do seu dever de garantir a incolumidade do passageiro. Nestas circunstâncias, afigura-se inviável rever o substrato fático-probatório diante do óbice da Súmula 7/STJ. 5. (...). 6. Agravo interno improvido. (AgInt no AREsp 908.814/RS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 09.08.16, DJe 26.08.16) [grifou-se]

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO CAUSADO POR AUTOMÓVEL QUE INVADIU REPENTINAMENTE A PREFERENCIAL. MOTOCICLISTA ATINGIDO QUE SOFREU AMPUTAÇÃO DA PERNA DIREITA. CULPA EXCLUSIVA E CONCORRENTE DA VÍTIMA. NÃO OCORRÊNCIA. REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. PENSÃO VITALÍCIA.

AFERIÇÃO DO PERCENTUAL DE REDUÇÃO PERMANENTE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. DECISÃO MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. 1. (...). 2. O acórdão recorrido afastou a ocorrência de culpa concorrente ou exclusiva da vítima, observando que a causa preponderante do acidente foi praticada pelo condutor do automóvel que, de forma imprudente, invadiu repentinamente a preferencial, sem observar o trânsito da via, e obstruiu a passagem do motociclista, autor da ação indenizatória. 3. A reforma do julgado, quanto à responsabilidade pelo acidente, demandaria, necessariamente, o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada no recurso especial, nos termos da Súmula 7 do STJ. 4. (...). 6. Agravo interno não provido. (AgInt nos Edcl no AREsp 239.129/PR, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES, Desembargador convocado do TRF 5ª Região, QUARTA TURMA, julgado em 19.10.17, DJe 26.10.17) [grifou-se]

Inafastável, no ponto, a incidência da Súmula 7 desta Corte.

3. Por fim, no que toca à apontada violação aos artigos 944, parágrafo único, e 945 do Código Civil, sustenta a insurgente que o valor arbitrado para a indenização por dano moral é exorbitante.

No particular, extrai-se do aresto recorrido (fls. 531-532, e-STJ):

Quanto ao reconhecimento da ocorrência de dano moral, na modalidade "in re ipsa", o tópico dispensa maiores considerações. É que, dos documentos coligidos ao feito, verifica-se que, em razão do evento danoso, a requerida sofreu fratura da patela (fl. 35), que a afastou temporariamente das atividades laborativas. Resta, portanto, perquirir tão somente acerca da adequação do montante indenizatório, por essa rubrica, tal como arbitrado na decisão recorrida.

Pois bem. Como tenho sustentado em julgados de minha Relatoria, a indenização deve fixar-se em consonância com o princípio da reparação integral do dano, que, extraído da dicção do art. 944 do Código Civil, orienta o sistema da responsabilidade civil brasileira, não se devendo considerar, em tal tarefa, a condição social e/ou financeira das partes envolvidas. Nesse sentido, a lição de Gustavo Tepedino: [...]

Assinalo, nesse particular, vir há muito me insurgindo contra a adoção de critérios que levam em conta aspectos sócio-econômicos do ofensor e/ou da vítima, na fixação da verba reparatória por danos morais, posição surpreendentemente defendida por diversos doutrinadores. Aliás, fazê-lo representa evidente comprometimento com a classe social de um e/ou de outro, ou seja, verdadeiro preconceito de classe, como já observei, por exemplo, quando do julgamento da Apelação Cível n.º 70049916703 e da Apelação Cível n.2 70045369337, ambas neste Colegiado.

Dito isso, consigno que a indenização fixada na origem não comporta qualquer minoração. É que a ocorrência de fratura na patela justifica a fixação do "quantum" em R\$10.000,00 (dez mil reais), à luz do princípio da integral reparação do dano. [grifou-se]

Verifica-se que, na hipótese, o Tribunal *a quo*, analisando as peculiaridades do caso concreto e as provas constantes dos autos, constatou ser razoável a indenização por danos morais arbitrada na origem, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) (fl. 532, e-STJ).

A jurisprudência consolidada nesta Corte permite a revisão de indenização

por danos morais, em sede de recurso especial, quando o valor fixado nas instâncias locais for exorbitante ou ínfimo, de modo a afrontar os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Ausentes tais hipóteses, incide a Súmula 7 do STJ, a impedir o conhecimento do recurso.

Desse modo, conforme critérios sugeridos pela doutrina e pela jurisprudência, verifica-se que o montante estabelecido pelo acórdão recorrido é razoável para o presente caso.

A propósito, em situações análogas, em que houve falha na prestação de serviços de transporte resultando em danos para o particular, este Tribunal Superior assim decidiu:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTE COLETIVO. QUEDA DE PASSAGEIRO. TRIBUNAL DE ORIGEM QUE, DIANTE DO ACERVO FÁTICO DA CAUSA, RECONHECEU A RESPONSABILIDADE CIVIL DA TRANSPORTADORA. PRETENDIDA REDUÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO. I. (...). IV. No caso, infirmar os fundamentos do acórdão recorrido, quanto ao dever da agravante de indenizar os danos causados à agravada - por não existir "dúvida acerca do abalo moral suportado pela autora ao sofrer brusca queda dentro do coletivo, redundando na fratura em secção de sua coluna lombar" -, demandaria o reexame de matéria fática, o que é vedado, em Recurso Especial, nos termos da Súmula 7/STJ. V. No que tange ao quantum indenizatório, "a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que a revisão dos valores fixados a título de danos morais somente é possível quando exorbitante ou insignificante, em flagrante violação aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, o que não é o caso dos autos. A verificação da razoabilidade do quantum indenizatório esbarra no óbice da Súmula 7/STJ" (STJ, AgInt no AREsp 927.090/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 08/11/2016). VI. No caso, o Tribunal de origem, à luz das provas dos autos e em vista das circunstâncias fáticas do caso, fixou o valor da indenização por danos morais em R\$ 10.000,00 (dez mil reais), considerando que "a parte autora sofreu lesão em sua coluna vertebral em decorrência do evento danoso, especificamente na região lombar em razão de fratura por compressão do corpo vertebral de L2, conforme o laudo radiológico da fl. 26". Tal valor não se mostra exorbitante, diante das peculiaridades da causa, expostas no acórdão recorrido, o que atrai a aplicação da Súmula 7/STJ. VII. Agravo interno improvido. (AgInt no AREsp 1.070.879/RS, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 07.11.17, DJe 16.11.17) [grifou-se]

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. TRANSPORTE PÚBLICO. QUEDA DE PASSAGEIRO. 1. AFASTADA A TESE DE CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA. ALTERAÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA

7/STJ. 2. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL PREJUDICADA. **VALOR FIXADO A TÍTULO DE DANOS MORAIS. PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE ATENDIDOS.** 3. AGRAVO IMPROVIDO. 1. As instâncias ordinárias concluíram pela presença do nexo causal entre a conduta da agravante e o dano experimentado pelos agravados, com base no conjunto fático-probatório. Rever tal conclusão esbarra no óbice da Súmula 7 desta Corte. 2. Da mesma forma afastou-se a tese de culpa exclusiva do agravado. Destarte, sendo essas as conclusões das instâncias originárias, é realmente inviável se obter resultado diverso, pela incidência do enunciado n. 7 da Súmula desta Corte. 3. Por fim, fica prejudicada a divergência jurisprudencial quando aplicada a Súmula 7/STJ à alínea a, uma vez que as conclusões divergentes decorreriam das circunstâncias específicas de cada processo, e não do entendimento diverso sobre uma mesma questão legal. 4. Agravo interno a que se nega provimento. **[indenização por dano moral: R\$ 15.000,00 - quinze mil reais]**. (AgInt no AREsp 1.157.921/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 05.12.17, DJe 15.12.17) [grifou-se]

RESPONSABILIDADE CIVIL. DANO MORAL. **ACIDENTE NO INTERIOR DE VEÍCULO DE TRANSPORTE COLETIVO. QUEDA DE PASSAGEIRA IDOSA. PECULIARIDADES DO CASO QUE ENSEJAM A MAJORAÇÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. JUROS MORATÓRIOS CONTADOS A PARTIR DO EVENTO DANOSO. DECISÃO MANTIDA.** 1. **Nos termos da jurisprudência consolidada no Superior Tribunal de Justiça, a revisão de indenização por danos morais só é possível em recurso especial quando o valor fixado nas instâncias locais for exorbitante ou ínfimo, de modo a afrontar os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.** 2. **Se o valor arbitrado não destoa da jurisprudência desta Corte, inviável a sua alteração, porque, para tanto, também seria necessário o revolvimento do conteúdo fático probatório dos autos, o que não se coaduna com a via do recurso especial, a teor da Súmula 7/STJ.** 3. **Na presente hipótese, é necessário o afastamento da Súmula 7 do STJ, uma vez que diante dos fatos narrados na sentença e no acórdão recorrido, o qual manteve a decisão de primeiro grau, demonstram que o valor da indenização por danos morais deve ser majorado para R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).** 4. A Segunda Seção deste Superior Tribunal tem entendido que os juros de mora devem contar a partir do evento danoso quando a indenização por dano moral decorrer de ato ilícito puro (REsp 1132866/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Rel. p/ Acórdão Ministro SIDNEI BENETI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 23/11/2011, DJe 03/09/2012). 5. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 580594/MS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 18.11.14, DJe 21.11.14) [grifou-se]

Nas hipóteses supracitadas, cujas demandas envolvem pedido de indenização por dano moral em decorrência de acidente provocado por defeito na prestação do serviço de transporte, esta Corte considerou **razoável e adequado**, em razão dos danos suportados pelas vítimas, **valores semelhantes ou superiores ao arbitrado pelo Tribunal a quo** nestes autos.

Verifica-se, assim, que o valor fixado a título de verba indenizatória não se

mostra exorbitante, atraindo a incidência do teor da Súmula 7/STJ.

4. Do exposto, conheço do agravo para **negar provimento** ao recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator

